

O Crédit Lyonnais é contra a proposta feita pelo Brasil

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — O Credit Lyonnais, estabelecimento de crédito que representa os demais bancos franceses junto ao comitê de 12 bancos que negocia com o Brasil em nome dos seus quase 600 credores, investiu ontem, através de seu presidente, Jean Maxime Leveque, contra a proposta brasileira apresentada pelo ministro Bresser Pereira, considerando-a totalmente inaceitável. Numa entrevista ao jornal especializado *La Tribune de l'Economie*, o presidente do *Credit Lyonnais* afirma que, apesar de as negociações terem sido retomadas numa atmosfera mais conciliatória, "as idéias brasileiras me parecem muito difíceis de serem aceitas". Ele não admite, em primeiro lugar, que os problemas com os bancos comerciais sejam encaminhados independentemente de um acordo paralelo com o FMI e o Banco Mundial. Foi taxativo: "Jamais assinaremos um acordo separado". A seu ver, o Brasil mistura dois problemas que justificam abordagens diferentes: a reestruturação da dívida a curto prazo e a negociação a longo prazo, através de uma eventual "securização", isto

é, a transformação de parte da dívida em títulos, proposta, a seu ver, inaceitável. Isso, segundo o presidente do *Credit Lyonnais*, equivaleria para numerosas instituições a obrigação de renunciar completamente a uma parte de seus créditos. O valor de tais títulos seria duplamente depreciado pelo risco existente e pelas taxas de juros limitadas, de 4 a 5%, de acordo com a proposta brasileira. Ele aconselha o Brasil, antes de mais nada, a tentar reencontrar a confiança junto aos bancos do mundo inteiro. Outra posição crítica à iniciativa brasileira é do próprio ministro francês de Finanças, Edouard Balladur, que, pouco antes de seu encontro com o ministro Bresser Pereira, nos EUA, confidenciou a um jornalista francês que estava encontrando dificuldades para seguir as sucessivas manifestações da "imaginação brasileira".

Jean Maxime Leveque é um dos mais conhecidos dirigentes de bancos na França. Até 1982, dirigia o *Credit Commercial de France*, nacionalizado pelo governo socialista. Há muitos anos acompanha a evolução do problema do endividamento brasileiro, pois foi através de um dos diretores do CCF na época, Jacques de Brossia, que se tornou público o famoso escândalo denominado "Re-

latório Saraiva", uma denúncia feita pelo banqueiro francês ao adido militar da embaixada do Brasil com acusações diretas contra certos "negociadores" brasileiros e assessores do então embaixador em Paris, Delfim Neto, exigindo altas comissões para a assinatura de financiamentos ao País.

A investida de Jean Maxime Leveque é dirigida também contra a abertura relativa dos países credores que, nas reuniões do Grupo dos Sete em Washington e, agora, do Fundo Monetário Internacional, passaram a admitir não só a fórmula de capitalização dos juros, mas também a própria idéia brasileira de transformação de parte da dívida em títulos. Ele só admite a oferta de conversão sobre um montante limitado, desde que a proposta seja apresentada como alternativa aos bancos que desejarem se desvincular da obrigação de concessão de dinheiro novo ao Brasil.

O presidente do *Crédit Lyonnais* lembra ainda que o fato de os bancos norte-americanos terem constituído coberturas importantes para eventuais perdas sobre créditos não significa que eles estejam dispostos a renunciar ao reembolso do principal e

ao pagamento dos juros. Segundo ele, o *Crédit Lyonnais* cobriu 38% dos riscos assumidos em 53 países em desenvolvimento, mas isso não implica em nenhum abandono de crédito. Considera também paradoxal que o Brasil, país que tem obtido excedentes comerciais importantes, acumule atualmente reservas recusando reembolsar empréstimos.

Toda anulação implícita da dívida e mesmo capitalização de juros é descartada pelo banqueiro francês. Apesar disso, afirma estar disposto a negociar e discutir, mas em outras bases.

Na sua opinião, "o banco é apenas um lugar de passagem do dinheiro". Quanto à possibilidade de conversões de créditos em títulos serem garantidas, por exemplo, pelo Banco Mundial, Jean Maxime Leveque disse que o mais importante é agir para aumentar as contribuições do Banco Mundial e do FMI, mesmo porque, até agora, foram os bancos comerciais os principais responsáveis pela maior parte do dinheiro novo encaminhado aos países mais fortemente endividados da América Latina. O FMI encontra-se hoje na situação paradoxal de receber mais dos países endividados (sob forma de reembolso e de juros), do que empresta.